

## TÉCNICA, POLÍTICA E BANALIZAÇÃO DO MAL

*Technique, politics, and banality of evil*

Odílio Alves Aguiar  
UFC

**Resumo.** O artigo enseja discutir os dilemas e as possibilidades da política na atual configuração societária. Partiremos da definição de sociedade do conhecimento como sociedade em rede apresentada pelo sociólogo Manuel Castells e, em seguida, exporemos a relação atualmente existente entre o poder e a mediação tecnológica em Adorno (sociedade administrada), Guy Debord (sociedade do espetáculo) e Michel Foucault (dispositivos disciplinares e biopolíticos). Por último, será abordada a tecnologização da vida e a banalização do mal à luz do pensamento de Hannah Arendt.

**Palavras-chave:** sociedade do conhecimento, técnica, política, banalidade do mal.

**Abstract.** The article aims to discuss the dilemmas and possibilities of the politics in the existing models of society. It will start defining knowledge society as network society according to the concept introduced by sociologist Manuel Castells, and will follow with the relation between power and technological mediation according to Adorno (administered society), Guy Debord (society of the spectacle) and Michel Foucault (disciplinary and biopolitical dispositives). Finally, there is an approach to the overtaking of life by technology and the banality of evil according to Hannah Arendt's thought.

**Key-words:** society of knowledge, technique, politics, banality of evil.

Entre os textos que mais marcaram o início da minha formação universitária, destaco um, sobre o óbvio, do antropólogo Darcy Ribeiro. Esse texto evidencia o quanto os hábitos mentais, morais e sociais, tidos e aceitos como óbvios, são refratários à reflexão e como, nessa refração, escondem preconceitos, conflitos e práticas de dominação. Algo parecido é possível perceber em relação à obviedade das atuais inovações tecnológicas. No cotidiano, sorrateiramente, adentram as mídias, acadêmicas e de massa, notícias que informam sobre as inovações ou aplicações tecnológicas. Embora não nos demos conta, a nossa vida está sendo profundamente modificada, numa velocidade incrível. Desse modo, a biogenética, a inteligência artificial, a nanoengenharia começaram a compor, estruturalmente, os atuais modos

de vida, ou seja, estão se tornando óbvias. Transgenia, fertilização, projeto genoma humano, biodiversidade, biopirataria, clonagem, bebê de proveta, controle biométrico dos imigrantes, manipulação das células-tronco, reprodução do Big-Bang através de um acelerador de partículas etc. são notícias que celebram e reiteram o utopismo do humanismo moderno: o poder sem limite do homem. Nada mais é intocável. Daqui a pouco, não iremos mais morrer nem seremos incomodados pelas doenças. Vamos virar Matusaléns, a humanidade vai desaparecer e dar origem a uma nova espécie, assexuada e imortal, ultrapassando a individualidade, a separação, a dor e o devir. Por outro lado, paradoxalmente, cresce a violência banal, a guerra, a fome e a perseguição aos imigrantes. Persistem os mesmos problemas e conflitos primitivos. Persistem os pobres, os oprimidos, os excluídos, os *malheureux*, os descartáveis, os latinos, os orientais, os homens matáveis, os grupos insubmissos à regulação social. Esse é o pano de fundo desse artigo.

É consensual nas ciências humanas que as atuais sociedades sofreram forte influência, nas suas organizações, do conhecimento cientificamente produzido. A incidência do conhecimento científico na vida social não é nova. Trata-se de um processo que emergiu com o iluminismo, atravessou a modernidade e chegou até nós. Vivemos o apogeu da modernização cuja característica principal, para além da complexidade inerente à sociedade moderna, reside na inovação tecnológica como critério para medir o desenvolvimento social e o progresso técnico. Vale dizer, a sociedade do conhecimento é a forma contemporânea de explicitação e realização da sociedade fundada na idéia moderna do esclarecimento e do progresso. Nossa pretensão aqui não é abordar a dimensão estrutural das sociedades modernas, mas, prendendo-nos à sua figura mais recente, a sociedade do conhecimento, verificar a configuração da esfera política nessa nova formação social.

Seguiremos a acepção de sociedade do conhecimento como sociedade em rede proposta pelo sociólogo Manuel Castells ou sociedade da informação ou da informática usada por outros autores, por exemplo, Adam Schaff. Castells, na obra *Sociedade em Rede* (2005) defende que o impacto da revolução na tecnologia da informação compara-se à passagem do modo agrário para o modo industrial de

desenvolvimento. Para o autor, a penetrabilidade desse novo modo de desenvolvimento em todas as esferas das atividades humanas propiciou a remodelagem das comunidades em ritmo acelerado, gerando novas relações entre economia, Estado e sociedade, alterando a geopolítica global e reestruturando o capitalismo<sup>1</sup>.

Segundo Castells, a matriz tecnológica presente no industrialismo é hegemonicamente energética e o seu resultado aparente é a automação dos processos de trabalho. A grande novidade trazida pela Revolução Industrial foi a substituição da força humana pelas máquinas e a descoberta do controle científico das potências da natureza. Esse controle é visto, ainda, nesse modelo, como multiplicação e extensão da força humana.

O industrialismo substituiu a exclusividade da terra e apresentou a fábrica, a produção em série, como o lugar da extração do excedente, do lucro. No entanto, a tecnologia permanece entendida como objeto, ferramenta, meio através do qual a força humana é potencializada. A dignidade da tecnologia é restrita, instrumental e ligada à transformação da matéria-prima em mercadoria. Castells defende que mudanças tecnológicas significativas vão ocorrer e aperfeiçoar o padrão industrial e, em todas elas, cada vez mais o conhecimento é incorporado à matriz industrial. No entanto, o objetivo primeiro, a produtividade, é pensado como derivado da expansão na produção de novas fontes de energia. Foi assim com o surgimento da máquina a vapor e sua substituição pela eletricidade.

Muitas nuances marcam o modo industrial de produção. Inicialmente o investimento pesado foi feito na produção das máquinas e, a partir da década de 1950, na produção de objetos de consumo, provocando a explosão do consumo de massa. No entanto, depois da revolução da informação, o industrialismo foi substituído pelo informacionalismo como padrão de desenvolvimento. Qual sua origem e especificidade? A constituição da sociedade do conhecimento vai se realizando na medida em que não apenas o processo produtivo, mas o conjunto das relações

---

<sup>1</sup> Cf. CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005, pp. 39-40 e p. 43.

estabelecidas no interior das sociedades passa a pressupor a mediação cibernética. Nesse sentido, diferentemente do que afirma Adam Schaff, o ápice da revolução informacional não é a automação da produção (*unmanned factories*) e dos serviços<sup>2</sup> mas a cobertura e a intermediação das conexões produtivas, institucionais e pessoais por processos informatizados, algum tipo de inteligência artificial e computadorizada. A matriz deixa de ser a energética e passa a ser a cibernética. O que se busca potencializar não é a força, mas a mente humana. Para isso, a tecnologia da informação desdobra-se em conformidade com o setor: microeletrônica, computação, telecomunicação, radiodifusão, optoeletrônica, engenharia genética e nanotecnologia. O específico desse arco tecnológico é que não está relacionado diretamente à transformação da matéria-prima, mas do conhecimento. A busca deixa de ser pelos insumos baratos de energia, para os insumos baratos da informação. A capacidade de decodificar, reter, processar e transmitir informações vai se transformar na chave da produtividade econômica, do poder político e da inserção social. Adam Schaff chega a comparar o valor da informação ao peso da propriedade no capitalismo clássico<sup>3</sup>. Nesse paradigma, as tecnologias deixam de ser ferramentas e se metamorfoseiam em processos sem fim. Sua utilidade não é a convencional supressão de uma carência humana básica. O objetivo não é mais a criação de máquinas, elaboradas a partir de experimentos reversíveis que deixavam a natureza intocada, mas padrões sofisticadíssimos de manipulação, alteração e até criação de organismos.

Para isso, joga papel fundamental o sistema estruturante das tecnologias da informação. Trata-se de uma rede na qual a *internet* é fundamental. Castells diz, por isso, que a sociedade da informação é uma sociedade em rede. Para ele, a crise do petróleo na década de 1970, mais a crise estrutural do Estado de Bem-Estar e a guerra fria são os fatores que propiciaram a receptividade das novas tecnologias de informação como forma de reestruturar e rejuvenescer o sistema capitalista cambaleante<sup>4</sup>. Tudo começa com o surgimento do transistor. Com ele, possibilitou-se o processamento de impulsos elétricos em rápidas velocidades. Depois inventou-se o

<sup>2</sup> Cf. SCHAFF, Adam. *A Sociedade Informática*. São Paulo: Editora UNESP, 1995, p. 22.

<sup>3</sup> Cf. IDEM, pp. 53-60.

<sup>4</sup> Cf. IDEM, p. 56.

circuito integrado (CI) e daí o microprocessador que é um computador que usa um único *Chip* no qual se integram memória e velocidade. Desde o aparecimento do primeiro computador para cá os saltos são enormes. O mais significativo e recente deles, nesse processo todo, vai resultar no surgimento da internet. Inicialmente, tratava-se de descobrir uma forma de não permitir que os soviéticos tomassem de assalto ou destruíssem o sistema americano de comunicação em caso de deflagração de uma guerra entre os dois países. Pensada como um equivalente eletrônico da tática maoísta de dispersão das forças de guerrilha, a internet resultou numa arquitetura de rede que não pode ser controlada a partir de nenhum centro e é composta por milhares de redes de computadores autônomos com inúmeras maneiras de conexão<sup>5</sup>. Os avanços das telecomunicações através das fibras óticas e a laser possibilitaram o funcionamento dos computadores em rede e transformaram o processamento e armazenamento de dados centralizados em sistema compartilhado e interativo<sup>6</sup>. A capacidade de conexão, armazenamento e transmissão da teia mundial compartilhada transformaram-na em verdadeiro sistema de processamento de dados. O volume do tráfego de informação exige expansão acelerada e gigantesca da capacidade dos computadores e, nesse sentido, estão sendo feitos grandes investimentos em nanotecnologia. Trata-se da eletrônica molecular pensada para superar os limites físicos dos *Chips* de silício e prenuncia uma era de computadores cem bilhões de vezes mais velozes do que um microprocessador comum como o *Pentium*. Comenta-se, por exemplo, que o projeto genoma humano só será bem sucedido com computadores com essa capacidade de processar e armazenar informação.

Quais as implicações do modo informacional de desenvolvimento na vida social? Podemos destacar, entre outras, alterações significativas no campo da economia, nas relações sociais e na política. Houve uma reestruturação do capitalismo, caracterizada por maior flexibilidade de gerenciamento, descentralização das empresas, fortalecimento do Capital, declínio dos movimentos trabalhistas, concorrência e integração global dos mercados. Do ponto de vista econômico, chama

---

<sup>5</sup> Cf. IDEM, p. 44.

<sup>6</sup> Cf. IDEM, p. 81.

atenção, de modo particular, a alteração na forma de extração da mais-valia. Na teoria clássica, a mais valia é pensada em função da quantidade de tempo expropriado do trabalhador pelo capitalista. É daí que é retirado o excedente e, por consequência, o lucro. Na sociedade do conhecimento, a mais-valia não é obtida através da exploração direta do trabalhador ou do uso periférico da técnica na produção. Trata-se, no modo informacional de produção e desenvolvimento, da produção da mais-valia, da obtenção do lucro a partir do conhecimento e da técnica, do fato de que a geração da produção e da riqueza está atravessada de ponta a ponta pelo paradigma cibernético.

Já do ponto de vista social, é crescente o processo de virtualização das relações. Cada vez mais o acesso ao mundo é mediado pela internet. A *web* veio a ser o espaço cuja frequência é símbolo da inserção social, da mesma forma como as praças nas antigas cidades e os *shoppings centers* ainda hoje. A rede tornou-se lugar privilegiado de visibilidade. Não ter acesso à rede conectada de computadores pode ser um sinal de marginalização ou alienação. Cada vez mais os contatos sociais, econômicos e institucionais exigem o acesso a alguma forma de processadores informatizados, como os celulares, *binas*, *paggers*, computadores etc.

Quanto ao aspecto político, dimensão que nos interessa particularmente nesse texto, cabe esclarecer que nossa intenção não é apresentar as exigências tecnológicas para que as instituições políticas venham a estar *up to date* em relação à sociedade do conhecimento. Não se trata de apresentar os elementos imprescindíveis a uma gestão científica da política, como por exemplo, o uso do marketing, da pesquisa de opinião, da estatística e dos meios de comunicação. Para nós, o importante é indagar em que medida essa nova forma social altera e como isso se dá em relação às formas de governo. Isto é, de que maneiras as instâncias definidoras e deliberadoras em relação à vida comum se efetivam.

Trata-se, portanto, de indagar a respeito da legitimidade do poder nessa nova forma de sociedade. Que interrogações, a mediação cibernética, genética e social-burocrática, a Sociedade do Conhecimento, enfim, colocam para Filosofia Política? Estamos verificando uma crise na Filosofia Política. O grande tema da Filosofia Política é a legitimidade do poder. Através desse tema filosófico, os homens colocavam em

circulação a inscrição no universo simbólico das suas ações, formas de conviver, relacionar e atuar. Através da filosofia (e também da arte, literatura etc) nossas atuações adentravam o campo da significação, adquiriam sentido. O tema da fundação da comunidade, da lei, da soberania, do contrato, da instituição do Estado, de alguma forma tornava compreensível, aceitável, legítima e significativa o poder político. O que temos hoje? Está sendo deixada de lado a preocupação com o estabelecimento da comunidade e com a inscrição das ações no campo simbólico e da significação. Tudo isso está sendo substituído pela propaganda, pela pesquisa de opinião, pela estatística. Como disse Humberto Eco, a Filosofia Política e a semântica foram trocadas pela semiótica. O trato, a manipulação dos signos e das imagens eliminou a questão do sentido, da significação.

A eficácia, a solução rápida e barata dos problemas está conduzindo velozmente para a tecnificação não só da produção, mas de todos os âmbitos da vida humana. O funcionamento sistemático-organizacional tornou a vida objeto das gestões técnico-científicas e a transformação da política em administração. Essa é uma tendência inerente aos processos de modernização como bem notou Max Weber.

O novo nisso tudo não é a importância da tecnologia, mas a transformação dos problemas práticos em problemas técnicos, atinentes a especialistas. Verifica-se a substituição da discussão e deliberação, próprias ao âmbito ético e político, pela tecnologização das decisões e escolhas, a tendência à formalização e automatização dos processos decisórios. Vale dizer, a deliberação política é deixada de lado e no seu lugar temos a funcionalização, a burocratização, a eliminação da instância capaz de dar motivação e legitimidade a uma ação. O aspecto auto-propelido do funcionamento técnico-burocrático-sistemático dos processos em que estão situados os indivíduos, nas empresas, partidos, governos e outras instituições, fazem com que eles apenas se comportem e funcionem como engrenagem.

Implicações dessa tendência na vida, na sociedade e na política contemporânea, foram pesquisadas e expostas por Hannah Arendt no uso que ela faz da categoria totalitarismo. Essa experiência, fundada no racismo e baseada nos experimentos realizados no campo de concentração, realizou no limite a potência

controladora de uns homens sobre os outros e a homogeneização da humanidade; a Escola de Frankfurt (especialmente Adorno), através da categoria sociedade administrada, expôs como a dialética do esclarecimento, a tecnificação da razão e da vida a partir da modernidade, tende à manipulação, infantilização e ao racismo; esse mesmo processo vimos denunciado em Guy Debord, que em *A Sociedade do Espetáculo* apresenta a sociedade contemporânea como uma sociedade do espetáculo, produtora de uma visibilidade artificial e panóptica, controlada. O espetáculo aí está relacionado à tendência a guiarmos a nossa vida pelas representações, à tendência a passividade do homem contemporâneo. Nessa sociedade, técnica e a especialização científica não é apenas instrumento e auxílio na mecanização da produção, mas exibida incessantemente como meio de ajustar a vida às imagens e às representações padronizadas que se tornaram sagradas; por último temos Foucault. Esse é um dos autores que mais se debateu sobre essa passagem da filosofia política para os padrões tecnológicos. Para ele, pensar a dominação é pensar os dispositivos, as mecânicas, os operadores tecnológicos que medeiam e produzem as relações de poder. Principalmente na sua fase genealógica, seu objetivo era desvendar as relações entre os discursos e o poder. Para ele, a partir da modernidade, tivemos a tendência a tornar sem sentido as questões da filosofia política. A inscrição no campo simbólico é deixada de lado pelo processo de normalização. A normalização é a forma como vai se realizar, nas sociedades tecnológicas, o controle do comportamento das pessoas. Não temos mais leis, rituais, religião e sim regras, controles, discursos, repressões que vão obrigando, dirigindo, manipulando o comportamento das pessoas. Foucault tem dois grandes momentos em que trata disso. Conhecemos mais o primeiro: as disciplinas. Trata-se para ele, de mostrar como os discursos da dominação não se restringem ao Estado, mas se realizam em instituições e locais como: a clínica (saber psiquiátrico), a prisão, a igreja (confissão), a família, a escola, a empresa, etc. O objetivo das disciplinas é tornar dócil o corpo individual. O poder passa pelos micro-poderes e para cada um deles temos uma tecnologia, um dispositivo de dominação. O outro momento está sendo mais estudado agora e é conhecido como biopoder, após a publicação das suas últimas aulas. Trata-se de uma tecnologia que lida não mais com



os corpos, mas com a população, atinge grandes contingentes, seu objeto são os grandes processos e a sua tecnologia específica é a estatística e a Economia Política (e a biogenética). O agente é o Estado. Não está mais em questão os micro-poderes, o controle dos corpos, mas da vida da espécie humana como um todo. A biopolítica visa manter a regularidade e o equilíbrio, a harmonia natural da população, dos preços, da segurança, da moradia, da saúde, da produção. A isso ele chamou de governamentalidade. O Estado perde qualquer relação com a vontade, a liberdade, a soberania da comunidade e vai se dobrar às exigências do mercado e ao seu funcionamento tecnológico.

Em todos esses autores o que temos em comum é a percepção de que no mundo contemporâneo o poder e a dominação são mediados pelos processos técnicos. Trata-se de uma linha de raciocínio unânime entre os estudiosos do poder hoje: seu exercício não obedece à perspectiva estratégica clássica. Não se trata mais de mandar, oprimir, eliminar, persuadir as vontades particulares. O paradigma da vontade, típico do padrão que concebia o poder como soberania, não explica mais os meandros e delineamentos constitutivos do poder na atualidade. O exercício do poder na sociedade do conhecimento tem se mostrado como passando por uma atuação sobre as *condições* em que acontecem a vida, a informação, as relações, a produção e a cultura. O poder é, deste modo, definido como a capacidade de estruturar o campo de ação do outro, de intervir no domínio de suas ações possíveis e não diretamente sobre sua vontade. Isso fez aparecer o fenômeno recente em que as pessoas se sentem individualmente livres, com amplas possibilidades de escolhas, mas sem poder algum, completamente impotentes. O poder, a dominação, não é mais pensado como controle da consciência e da vontade das pessoas, mas das suas condições e possibilidades de ação. No encadeamento estrutural-sistemático em que o poder está se erguendo, perdem importância as lideranças, os partidos, os sindicatos e todas as outras formas institucionais que encarnavam ou simbolizavam a centralidade da vontade, a capacidade de organização e da consciência na política. O processo de virtualização, típico da sociedade em rede, não vai se importar com quem está no poder, mas com a reprodução do sistema gestor que opera e controla as condições

gerais em que ocorrem a produção das mercadorias, as relações humanas, a circulação das informações e o consumo. É como se o poder perdesse o seu centro, não para enfraquecer-se, mas para adquirir a ubiqüidade e inviabilizar uma estratégia de ação contra ação. Atuando sobre as condutas e comportamentos estatísticos, essa forma de poder deixa a vontade e a consciência livres, mas, também, impotentes e descartáveis.

Gostaria, por último, de associar ao nosso tema a questão da banalidade do mal. É pertinente. No centro da sociedade do conhecimento está a ambição de eliminar as dificuldades na reprodução, decodificação, manipulação e criação da vida. É para essa direção que se dirige a economia, a ciência e a política. Até agora o resultado não tem sido a afirmação da vida. Ao contrário, devemos nos precaver com uma heurística do temor, como sugere Hans Jonas, pois é a vida mesma que está exposta ao perigo. Se considerarmos a ânsia humana pelo domínio e a tendência à destruição, não é para menos. Está em perigo a variedade genética e com ela a variedade étnica e cultural. No horizonte dos progressos biomédicos é perceptível a manipulação dos comportamentos, a substituição das escolhas afetivas pelas escolhas genéticas, a eliminação dos seres indesejados e a replicação dos ricos, bem-sucedidos e saudáveis. Do encontro entre a vida e a técnica, a vida está perdendo e é plausível que continue assim. Foi isso que Arendt percebeu com o surgimento dos governos totalitários, seus experimentos e campos de extermínio. A isso chamou de banalização do mal, visando aproximar-se reflexivamente da primeira tentativa de constituição de uma forma de governo, no Ocidente, baseada na purificação e no extermínio dos seres humanos.

O tema do mal, em Arendt, não tem como pano de fundo a malignidade, a perversão ou o pecado humano. A novidade da sua reflexão reside justamente em evidenciar que os seres humanos podem realizar ações inimagináveis, do ponto de vista da destruição e da morte, sem qualquer motivação maligna. O pano de fundo do exame da questão, em Arendt, é o processo de tecnificação da vida ocorrido com a massificação, a industrialização e a racionalização das decisões e das organizações humanas.

Inicialmente Arendt relaciona os campos de concentração ao mal radical. Isso faz o assunto ultrapassar a questão judaica, embora seja incompreensível sem ela. Holocausto é pouco para captar o que surgiu. Não se trata apenas de lugar de execução de judeus. Esse algo a mais faz sua obra dizer coisas relevantes para todos nós. O mal radical está associado ao totalitarismo, forma de governar sustentada, explicitamente, no pressuposto do extermínio de setores da população e não apenas na sua opressão ou instrumentalização. Isso não diz respeito apenas à exclusão sócio-política do criminoso, nem à eliminação do opositor ou inimigo, mas a atualização da lógica da descartabilidade humana. Os regimes totais conceberam os homens apenas como seres vivos e escolheram a raça como critério de escolha dos merecedores da vida. A categoria mal radical está, porém, ainda sobredeterminada pela mentalidade teológica e pelo otimismo metafísico tradicional.

Arendt muda a terminologia quando faz a cobertura do julgamento Eichmann. Esse era um homem normal, bom pai de família, não possuía nenhum ódio ao povo judeu e não era motivado por uma vontade de transgredir ou por qualquer outro tipo de maldade. No entanto, viabilizou o assassinato de milhões de pessoas. Estamos diante de um tipo de mal sem relação com a maldade, a uma patologia ou a uma convicção ideológica. Trata-se do mal como causa do mal, pois não tem outro fundamento. O praticante do mal banal não conhece a culpa. Ele age semelhante a uma engrenagem de uma máquina, no caso, produtora da morte. O mal banal parece ser um fungo, cresce e se espalha como causa de si mesmo, sem raiz alguma.

A pergunta de Arendt, ao se deparar com os depoimentos de Eichmann, foi: o que faz um ser humano normal realizar os crimes mais atrozes como se não estivesse fazendo nada demais? A resposta está no mal banal. Trata-se de uma prática do mal promissora nas sociedades massificadas, possuidoras de organizações econômicas, políticas e técnicas potentes, nas quais, os seres humanos tendem a se sentir sem poder, solitários, submissos e quase condicionados. Vivendo apenas como animal laborante, os homens tecnicizam e burocratizam as suas obrigações e se tornam, desse modo, incapazes de pensar as conseqüências das ordens recebidas pelos seus superiores ou grupos. Eichmann, segundo Arendt, agiu igual ao cão de Pavlov, que foi

condicionado a salivar mesmo sem ter fome. A única coisa que chamou atenção de Arendt foi a sua incapacidade de pensar. Ao renunciar ao pensamento, Eichmann destituiu-se da condição de ser dotado de espírito que lhe possibilitaria o descondicionamento e a barragem à automatização do seu comportamento.

O mal banal caracteriza-se pela ausência do pensamento. Essa ausência provoca a privação de responsabilidade. O praticante do mal banal submete-se de tal forma a uma lógica externa que não enxerga a sua responsabilidade nos atos que pratica. Não se interroga sobre o sentido da sua ação ou dos acontecimentos ao seu redor. Quem pensa resiste à prática do mal. A busca da significação encontra muita dificuldade quando a pressa, os mecanismos e procedimentos técnicos, burocráticos e os processos econômicos auto-propelidos engolfam tudo. O praticante do mal banal repete heteronomamente o seu comportamento. Não se reconhece dotado de vontade, capaz de iniciar, fundar e começar. Ele também não exercita a habilidade, peculiar aos homens, de falar e comunicar o que está vendo e sentindo. Vive sem compartilhar o mundo com os outros. Renuncia, desse modo, à faculdade do julgamento. Em suma, recusa-se a viver com os dons provenientes das suas faculdades espirituais: pensar, querer e julgar.

Ao relacionar o mal ao vazio reflexivo, Arendt aponta para uma compreensão possível da mediação tecnológica nas práticas da violência nas sociedades contemporâneas. Tornamo-nos engrenagem do controle médico, social, biológico, psicológico, estatístico, da manipulação e padronização dos comportamentos através dos MCM e do marketing, da burocratização das empresas e do Estado, da alteração dos códigos vitais da natureza, da transformação do lazer em entretenimento, do prestígio das marcas e do consumo. Diante dos padrões estabelecidos pela sociedade do conhecimento, o homem modelo é um autômato. Essa mediação tecnológica ultrapassa os tradicionais critérios do bom e do útil. Numa situação como essa, apelar para a neutralidade axiológica da tecnologia é fazer como a avestruz que enterra a cabeça na areia quando se sente em perigo. É evidente que as atuais investidas tecnológicas sobre a natureza e a vida humana provocam a banalização da morte. A morte não é vista como uma sombra lançada sobre a vida e a requerer a sua

autenticidade, nem prisma da possibilidade do novo, da criação, da incursão das novas gerações, mas apenas obstáculo à vazia, imediata e consumista beleza narcísica decretadora da morte ao velho, ao diferente, aos deficientes, aos desempregados e pobres.

## Referências

- ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Responsabilidade e Julgamento*. Companhia das Letras: São Paulo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a Violência*. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Crises da Republica*. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- \_\_\_\_\_. *A Condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ADORNO, T. e HORKHEIMER, Max. *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, Theodor. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BEINER, Ronald et al. *Democratic Theory and Technological Society*. New York: Sharp, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUARTE, Rodrigo. *Teoria Crítica e Indústria Cultural*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da Sociedade*. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I (A Vontade de Saber)*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O Nascimento da Biopolítica*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Segurança, Território, População*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HEIDEGGER, Martin. *Língua da tradição e língua técnica*. Tradução de Mário Botas. Lisboa: Veja: 1995.

JONAS, Hans. *O Princípio Responsabilidade*. São Paulo: Conta-ponto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Ética, medicina e técnica*. Tradução de Antonio Fernando Cascais. Lisboa: Vega, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Princípio Vida*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

ROVIELLO, Anne-Marie e WEYEMBERG, Maurice. *Hannah Arendt et la Modernité*. Paris: Vrin, 1992.

SCHAFF, Adam. *A Sociedade Informática*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

---

Doutor em Filosofia (USP, 1998)  
Professor-Associado, Departamento de Filosofia (UFC)  
E-mail: [odilio@ufc.br](mailto:odilio@ufc.br)